

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL

TERMO DE REFERÊNCIA

Recurso proveniente de Emenda: ()Federal ()Estadual ()Municipal (X)N/A

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021).

1.1. Objeto

Aquisição de alimentos gelados para preparo e fornecimento de refeições aos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos equipamentos da Secretaria de Assistência e Inclusão Social, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos da tabela anexada ao item 1.2.4 - cabe salientar que, no momento da elaboração do presente Termo, a especificação do produto conforme o Catálogo Eletrônico de Padronização do Governo Federal (Portaria Seges/ME nº938, de 2 de fevereiro de 2022) ainda não se encontrava disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas, motivo pelo qual a referida descrição não consta da tabela.

1.1.1. O objeto desta licitação enquadra-se na categoria de bem de qualidade comum, nos termos do art. 2º do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2. Orçamentos (Conforme Decreto Municipal nº773, de 27 de dezembro de 2023).

Considerando o disposto no artigo 3º do Decreto Municipal 773/2023, segue metodologia de pesquisa de preços.

1.2.1. Descrição do objeto a ser contratado

Aquisição de alimentos gelados para preparo e fornecimento de refeições aos usuários do SUAS.

1.2.2. Identificação da equipe de planejamento

O servidor Joel Cardoso Alves foi o responsável pela redação do presente termo e pela pesquisa por contratações similares para determinação dos preços estimados (inciso II do art. 5º do Decreto Municipal 773/2023), enquanto a coordenadora da Padaria da SAIS, Joseane da Silva Jardim, elaborou relatório com os quantitativos.

1.2.3. Caracterização das fontes consultadas

A pesquisa de preços por contratações similares (inciso II do art. 5º do Decreto Municipal 773/2023) foi efetuada nos dias 23 e 24 de março de 2026, através de consulta ao portal LicitaCon, do Tribunal de Contas do Estado (<https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:1:::>), e ao Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, do Governo Federal (<https://pncp.gov.br/app/editais>).

1.2.4. Série de preços coletados

A tabela abaixo foi elaborada com base nos dados de pesquisa por contratações similares, realizada em conformidade com o disposto no inciso II do art. 5º do Decreto Municipal 773/2023.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	QUANT. MÍNIMA
1	(4111092) APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO - PRODUTO CARNE SUINO, INDUSTRIALIZADO, COZIDO, COM TEXTURA, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS, NO MÁXIMO 2,5% DE PROTEÍNAS DE ORIGEM NÃO CARNÍCA, 12% DE GORDURA E 5% DE CARBOIDRATOS, ISENTO DE SUJIDADES, SEPARADOS EM PORÇÕES DE 500 GRAMAS COM VARIAÇÃO DE 5%, EMBALADOS EM BANDEJA DE ISOPOR E FILME TRANSPARENTE DE PVC. DATA DE FATIAMENTO E DE VALIDADE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE	KG	800	R\$ 24,33	R\$ 19.464,00	80
2	(63010129565) IOGURTE SABORES VARIADOS (MORANGO, COCO OU SALADA DE FRUTAS) EM SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO DE 1 LITRO CONTENDO AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS (NOME, ENDEREÇO E CNPJ DO FABRICANTE, INGREDIENTES, LOTE, VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E INSTRUÇÕES SOBRE ALERGÊNICOS E CONSERVAÇÃO) E OS SELOS DE INSPEÇÃO EXIGIDOS PELA ANVISA E PELO MAPA.	L	500	R\$ 9,80	R\$ 4.900,00	50
3	(4110927) Margarina sem sal, balde de 15kg . Produto com registro na Coordenadoria de Inspeção Indústria e Sanitária de produtos de Origem Animal (CISPOA) expedido pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento ou SIF.	BLD	20	R\$ 139,09	R\$ 2.781,80	2
4	(63010129609) Mortadela fatiada magra, livre de gordura. Embalagem contendo data de fabricação, nome, endereço e CNPJ do fabricante, ingredientes, lote, validade, informação nutricional e instruções sobre alergênicos e conservação) e os selos de inspeção exigidos pela ANVISA e pelo MAPA, bem como registros CISPOA ou SIF. Prazo de validade de no mínimo 15 dias no momento da entrega.	KG	400	R\$ 26,85	R\$ 10.740,00	40
5	(63010129566) PATÊ DE FRANGO 100G - EMBALAGEM DEVE CONTER TODAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS (NOME, ENDEREÇO E CNPJ DO FABRICANTE, INGREDIENTES, LOTE, VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E INSTRUÇÕES SOBRE ALERGÊNICOS E CONSERVAÇÃO) E OS SELOS DE INSPEÇÃO EXIGIDOS PELA ANVISA E PELO MAPA.	UN	100	R\$ 3,27	R\$ 327,00	10
6	(63010129615) REQUEIJÃO CREMOSO 400G COM BAIXO TEOR DE GORDURA - EMBALAGEM DEVE CONTER TODAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS (NOME, ENDEREÇO E CNPJ DO FABRICANTE, INGREDIENTES, LOTE, VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E INSTRUÇÕES SOBRE ALERGÊNICOS E CONSERVAÇÃO) E OS SELOS DE INSPEÇÃO EXIGIDOS PELA ANVISA E PELO MAPA.	UN	150	R\$ 13,82	R\$ 2.073,00	15
7	(63011969) SALSICHA tipo hot dog congelada, acondicionada em embalagem plástica transparente informando local de origem do produto, peso, data de embalagem e data de vencimento. Deverá ser transportada em veículo refrigerado conforme legislação vigente. Produto com Registro na Coordenadoria de Inspeção Industrial e Sanitária de produtos de origem animal (CISPOA), expedido pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento ou SIF	KG	400	R\$ 11,79	R\$ 4.716,00	40
8	(4119622) Salsicha de frango congelada, embalagem em plástico transparente, que contenham especificados o local de origem do produto, peso, data de embalagem e data de vencimento. Deverá ser transportado em carro refrigerado conforme legislação vigente. Produto com Registro na Coordenadoria de Inspeção Industrial e Sanitária de produtos de origem animal (CISPOA), expedido pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento ou SIF	KG	350	R\$ 12,91	R\$ 4.518,50	35
TOTAL				R\$ 49.520,30		

Item nº 104
 Descrição: MARGARINA VEGETAL, com sal, fonte de gordura poli-insaturada, isenta de gordura trans, Pote com 150g. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.
 Critério de julgamento: Menor preço Situação: Homologado Tipo: Material Categoria do item de licitação: Não se aplica
 Incentivo produtivo básico: Não Benefício: Participação exclusiva para ME/EPP Margem de preferência normal: Não Margem de preferência adicional: Não
 Exigência de conteúdo nacional (CISIA-PAQ): Não
 Quantidade: 200 Unidade de medida: EMBALAGEM Valor unitário estimado: R\$ 146,02 Valor total estimado: R\$ 29.204,00
 RESULTADOS(S)
 Ordem de classificação 1ª Data do resultado da homologação: 05/03/2026 Situação: Informado
 CNPJ/CPF ou N° de identificação do fornecedor: 29.019.043/0009-09 Consultar sanções e penalidades do fornecedor
 Nome ou razão social do fornecedor: REDE ECONOMIA DISTRIBUICAO LTDA
 Indicador de subcontratação: Não Porte da empresa: EPP Código do país: BRA
 Uso da margem de preferência: Não Uso do benefício ME/EPP: Não Uso do critério de desempate: Não
 Quantidade homologada: 200 Valor unitário homologado: R\$ 138,20 Valor total homologado: R\$ 25.640,00
 Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%

Item nº 392
 Descrição: Margarina embalagem com 145 g 150g sem sal com 80 de lipídios.
 Critério de julgamento: Menor preço Situação: Homologado Tipo: Material Categoria do item de licitação: Não se aplica
 Incentivo produtivo básico: Não Benefício: Não se aplica Margem de preferência normal: Não Margem de preferência adicional: Não
 Exigência de conteúdo nacional (CISIA-PAQ): Não
 Quantidade: 53 Unidade de medida: UN Valor unitário estimado: R\$ 150,30 Valor total estimado: R\$ 7.956,30
 RESULTADOS(S)
 Ordem de classificação 1ª Data do resultado da homologação: 30/12/2025 Situação: Informado
 CNPJ/CPF ou N° de identificação do fornecedor: 49.192.512/0001-98 Consultar sanções e penalidades do fornecedor
 Nome ou razão social do fornecedor: JOM DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA
 Indicador de subcontratação: Não Porte da empresa: Não informado Código do país: BRA
 Uso da margem de preferência: Não Uso do benefício ME/EPP: Não Uso do critério de desempate: Não
 Quantidade homologada: 53 Valor unitário homologado: R\$ 148,34 Valor total homologado: R\$ 7.786,22
 Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 1,1726%

Item nº 153
 Descrição: MARGARINA COM SAL 0 por cento GORDURA TRANS, APROXIMADAMENTE 75 por cento A 80 por cento LÍPIDIOS, EMBALAGEM CONTEUDO 150G.
 Critério de julgamento: Menor preço Situação: Homologado Tipo: Material Categoria do item de licitação: Não se aplica
 Incentivo produtivo básico: Não Benefício: Participação exclusiva para ME/EPP Margem de preferência normal: Não Margem de preferência adicional: Não
 Exigência de conteúdo nacional (CISIA-PAQ): Não
 Quantidade: 10 Unidade de medida: unidade Valor unitário estimado: R\$ 140,73 Valor total estimado: R\$ 1.407,30
 RESULTADOS(S)
 Ordem de classificação 1ª Data do resultado da homologação: 09/01/2026 Situação: Informado
 CNPJ/CPF ou N° de identificação do fornecedor: 45.801.209/0009-10 Consultar sanções e penalidades do fornecedor
 Nome ou razão social do fornecedor: JHP DISTRIBUIDORA EM GERAL LTDA
 Indicador de subcontratação: Não Porte da empresa: EPP Código do país: BRA
 Uso da margem de preferência: Não Uso do benefício ME/EPP: Não Uso do critério de desempate: Não
 Quantidade homologada: 10 Valor unitário homologado: R\$ 140,73 Valor total homologado: R\$ 1.407,30
 Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%

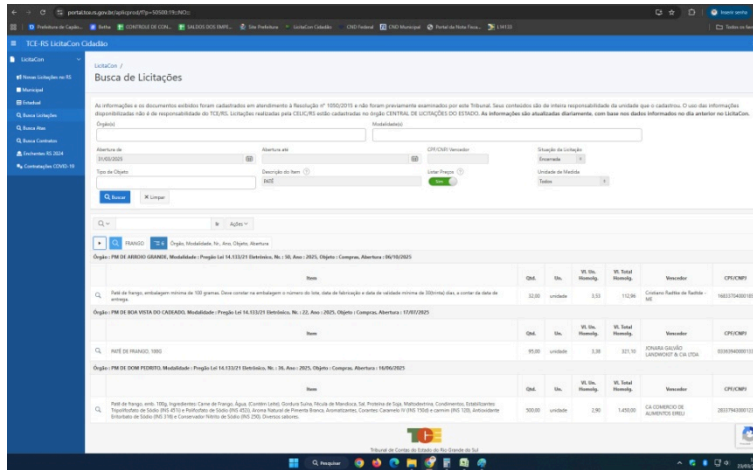
Item 3 – Fonte: PNCP (<https://pncp.gov.br/app/editais>)

TCE-RS LicitaCon
 Busca de Licitações
 As informações e documentos exibidos foram cadastrados em atendimento à Resolução nº 100/071 e são de inteira responsabilidade do usuário que a cadastra. O uso das informações, disponibilizadas não é de responsabilidade do TCE/RS. Licitação realizada para CLE/RS sob o controle no órgão CENTRAL DE LICITAÇÕES DO ESTADO. As informações são atualizadas diariamente, com base nos dados informados no ato anterior no LicitaCon. Objeto:

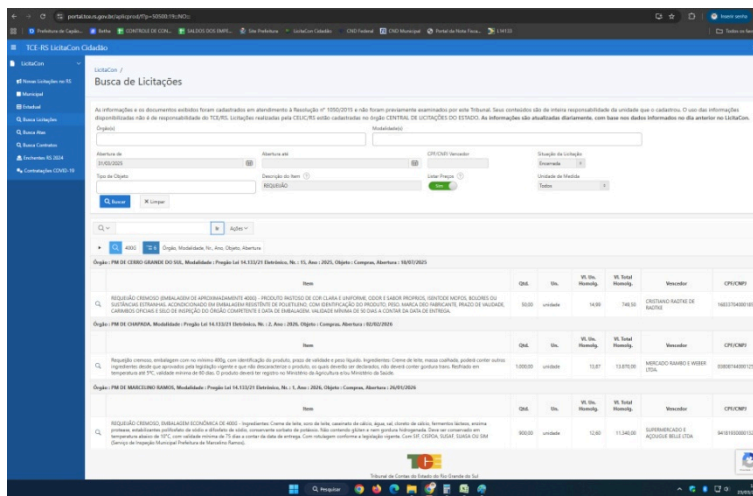
Item	Qtd.	Un.	Un. Est. Homolog.	Un. Est. Homolog.	Valor	CPF/CNPJ
MORCELA DE BARRIO - MASCADA - 1kg	100,00	quilograma	23,50	2.350,00	SC MERCADO 2024	082248400119
MORCELA MASCADA Fina, variedade maciada, Tipo Boloque Tipo preparação: infundido, Aproximação: Morceles Estado de conservação: infundido 02 unidades 40	20,00	quilograma	20,00	400,00	SOB E DE OLIVEIRA BARRO LTDA	781103300104
MORCELA MASCADA Fina, variedade maciada, Tipo Boloque Tipo preparação: infundido, Aproximação: Morceles Estado de conservação: infundido 02 unidades 40	20,00	quilograma	20,00	400,00	SOB E DE OLIVEIRA BARRO LTDA	781103300104
MORCELA MASCADA Fina, variedade maciada, Tipo Boloque Tipo preparação: infundido, Aproximação: Morceles Estado de conservação: infundido 02 unidades 40	20,00	quilograma	20,00	400,00	SOB E DE OLIVEIRA BARRO LTDA	781103300104

Item 4 – Fonte: Portal LicitaCon (<https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/?p=50500:1:.....>)

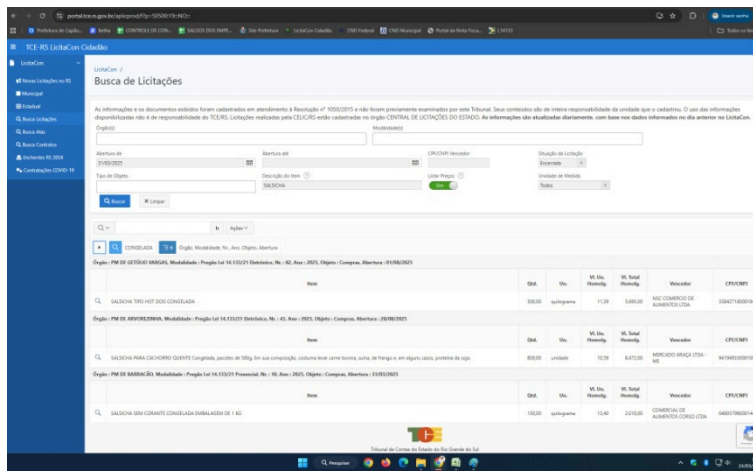




Item 5 – Fonte: Portal LicitaCon (<https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/?p=50500:1:.....>)

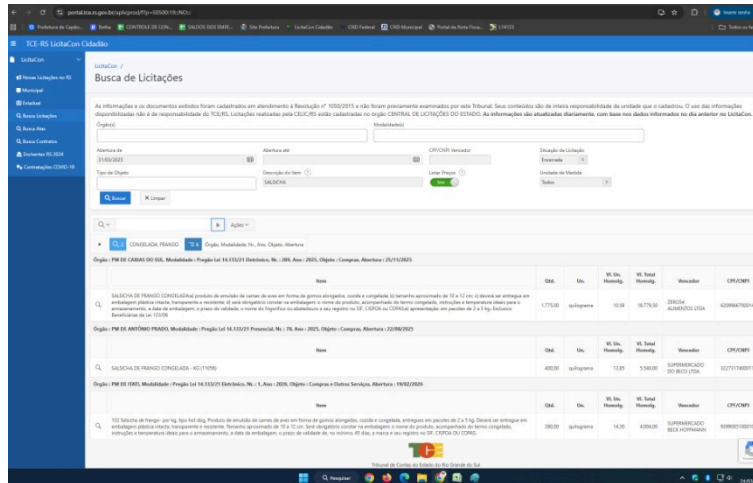


Item 6 – Fonte: Portal LicitaCon (<https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/?p=50500:1:.....>)



Item 7 – Fonte: Portal LicitaCon (<https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/?p=50500:1:.....>)





Item 8 – Fonte: Portal LicitaCon (<https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/?p=50500:1:.....>)

1.2.5. Método estatístico aplicado para a definição do valor estimado

Foram utilizadas a média e a mediana como métodos estatísticos para a definição dos valores obtidos através de pesquisa preços por contratações similares.

1.2.6. Justificativa para a metodologia utilizada

Se justifica a utilização da mediana para que valores inexeqüíveis, inconsistentes e excessivamente elevados pudessem ser desconsiderados, enquanto que a utilização da média se baseia no fato de a pesquisa contemplar um conjunto de três preços apurados para cada item listado.

1.2.7. Memória de cálculo

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA 1 / CNPJ / VALOR	EMPRESA 2 / CNPJ / VALOR	EMPRESA 3 / CNPJ / VALOR	PREÇO ESTIMADO
1	(4111092) APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO KG	JVR COMERCIAL LTDA	PSGA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA	Janete Lavandoski	R\$ 24,33
		21.949.945/0001-24	50.068.457/0001-06	14.355.493/0001-97	
		R\$ 25,60	R\$ 23,90	R\$ 23,50	
2	(63010129565) IOGURTE 1L	Ivete Fatima Zilak	PSGA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA	OLINDA FERREIRA FRANÇA	R\$ 9,80
		41.080.806/0001-14	50.068.457/0001-06	97.124.515/0001-35	
		R\$ 9,80	R\$ 9,00	R\$ 10,61	
3	(4110927) Margarina sem sal, balde de 15kg	REDE ECONOMIA DISTRIBUICAO LTDA	JGM DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA	JMP DISTRIBUIDORA EM GERAL LTDA	R\$ 139,09
		29.019.043/0001-09	49.102.512/0001-58	45.601.229/0001-10	
		R\$ 128,20	R\$ 148,34	R\$ 140,73	
4	(63010129609) Mortadela fatiada magra kg	SC MERCADO LTDA	LUAN E. DE OLIVEIRA RAMBO LTDA	Nona Diva Agroindustria Familiar Ltda	R\$ 26,85
		03.023.494/0001-18	55.813.393/0001-44	16.979.506/0001-24	
		R\$ 24,90	R\$ 29,69	R\$ 25,95	
5	(63010129566) PATÊ DE FRANGO 100G	Cristiano Radtke de Radtde - ME	JONARA GALVÃO LANDWOIGT & CIA LTDA	CA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 3,27
		16.833.704/0001-85	03.363.940/0001-33	28.337.943/0001-23	
		R\$ 3,53	R\$ 3,38	R\$ 2,90	



6	(63010129567) REQUEIJÃO CREMOSO 400G	CRISTIANO RADTKE DE RADTKE	MERCADO RAMBO E WEBER LTDA	SUPERMERCADO E AÇOUGUE BELLE LTDA	R\$ 13,82
		16.833.704/0001-85	03.808.744/0001-25	94.181.930/0001-32	
		R\$ 14,99	R\$ 13,87	R\$ 12,60	
7	(63011969) SALSICHA tipo hot dog congelada kg	NSC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	MERCADO ARAÇA LTDA - ME	COMERCIAL DE ALIMENTOS CORSO LTDA	R\$ 11,79
		33.842.718/0001-84	94.194.933/0001-00	04.805.799/0001-44	
		R\$ 11,39	R\$ 10,59	R\$ 13,40	
8	(4119622) Salsicha de frango congelada kg	ZERO54 ALIMENTOS LTDA	SUPERMERCADO DO BECO LTDA	SUPERMERCADO BECK HOFFMANN	R\$ 12,91
		62.099.667/0001-40	32.273.174/0001-14	93.990.851/0001-00	
		R\$ 10,58	R\$ 13,85	R\$ 14,30	

1.3. Prazo

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da emissão do contrato ou da nota do empenho, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, enquanto que o prazo de vigência da ata de registro de preços, que também será de 12 (doze) meses, poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84 da mesma lei.

1.4. Estimativa do valor da contratação

O custo estimado total da contratação é de R\$ 49.520,30 (*Quarenta e nove mil, quinhentos e vinte reais e trinta centavos*), conforme custos unitários apostos nas tabelas incluídas nos itens 1.2.4 e 1.2.7. Os referidos valores foram obtidos via pesquisa de preços por contratações similares nas plataformas LicitaCon, do Tribunal de Contas do Estado (TCE), e PNCP, do Governo Federal, anexada ao item 1.2.4.1 e realizada conforme parâmetros previstos no art. 5º do Decreto Municipal Nº 773/2023.

1.5. Quantitativos

Se tratando a futura contratação a ser viabilizada mediante realização de procedimento de licitação na modalidade pregão eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).

A aquisição de alimentos a que se refere o presente Estudo Técnico Preliminar é decorrente da necessidade de preparação e fornecimento de lanches e refeições prontas aos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) atendidos e assistidos diariamente nos equipamentos da Secretaria de Assistência e Inclusão Social, através de seus mais diversos serviços e programas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c').

Em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social, a Secretaria de Assistência e Inclusão Social objetiva, com suas ações de proteção social, vigilância socioassistencial e defesa social, garantir o direito à segurança de sobrevivência, de acolhida e de convívio familiar, além de combater a pobreza, a miséria, a exclusão social e a insegurança alimentar e nutricional, atendendo em seus diversos espaços a grupos distintos de usuários, como idosos, crianças e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, a aquisição de alimentos gelados, além de garantir o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade social aos seus direitos básicos, suprindo a demanda por alimentos que possibilitem um número bastante diverso de preparos, como refeições quentes e frias, líquidas, cremosas ou sólidas, preparadas tanto em grandes quanto em pequenas quantidades e muitas vezes exigindo características bastante específicas de preparo, e deve, adicionalmente, considerar fatores como confiabilidade, eficiência em logística, garantia de atendimento às especificações e agilidade na troca/substituição de itens defeituosos e/ou inadequados, configurando-se assim em contratação sustentável do ponto de vista técnico e econômico.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/2021).

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- Necessidade da contratação;
- Planejamento da contratação;
- Análise de equilíbrio entre isonomia, vantajosidade e sustentabilidade;
- Gestão e fiscalização do contrato.

A empresa que apresentar proposta estará automaticamente concordando em arcar com a responsabilidade de adotar todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação correspondente sobre a qualidade e especificação do objeto que será entregue; de cumprir exigências (inclusive referentes à documentação de habilitação), prazos e garantias previstos em edital; de possuir capacidade técnica e de logística, experiência, credibilidade e, sempre que pertinente, licenças e certificações específicas; de propor valores que já incluam todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto; de comunicar imediatamente ao contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária ou outros dados necessários para possibilitar eventuais interações, seja para comunicação, pagamento ou notificação; e de atender, no que lhe couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, estando devidamente adequada à legislação pertinente.

Deverão ser fornecidos itens que estejam em conformidade com a descrição constante do presente Termo de Referência e do edital, que sejam de marcas consolidadas no mercado, possuam boa qualidade, apresentem aspecto compatível com suas características no que se refere à apresentação geral (sabor, aparência, coloração, odor, etc.), e que estejam acondicionados em embalagens que, além de estarem íntegras, sem danos, sujeiras, rasgos, estufamentos ou amassados no momento da entrega, contenham de forma legível todas as informações exigidas por legislação para cada produto. Com relação à data de validade de cada item, a contratada deverá seguir as determinações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), especificamente no que se refere à visibilidade da data, que deve estar nítida e aplicada em material resistente na embalagem, sem que possa ser apagada facilmente, e também ao prazo mínimo de validade para a entrega dos produtos, cuja exigência será a que consta na descrição do objeto ou, caso não houver, de ao menos 2/3 do prazo de validade ainda disponível no ato da entrega.

O transporte dos alimentos deve ser realizado em veículos que garantam a manutenção da temperatura adequada (temperatura igual ou inferior a -18°C para congelados, e entre 0°C a 5°C para resfriados), conforme a legislação vigente.

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (Art. 122, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

4.2. Não haverá exigência de garantia da contratação a que se referem os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões abaixo justificadas:

- a) A garantia da contratação não é procedimento obrigatório, ficando a critério da autoridade competente, conforme as particularidades de cada caso (Art. 96 da Lei nº 14.133/2021);
- b) Se trata de procedimento exigido, majoritariamente, para: obras; serviços ou fornecimentos em quantidades muito grandes; objetos que envolvam alta complexidade técnica; ou objetos que possuam altos valores de investimento, que possam representar um grande risco para as contas públicas.

4.3. A vistoria não se aplica ao objeto desta contratação, uma vez que se trata de processo de aquisição de bem comum.

4.4. Não há previsão de incidência de impactos ambientais negativos relacionados à presente aquisição.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021).

Devem ser observadas as determinações abaixo, salientando que eventuais custos relacionados a frete e/ou contratação de mão de obra para a realização da entrega ficam a cargo da contratada:

5.1. Prazo para entrega

A solicitação formal do objeto ocorrerá mediante envio do empenho à empresa contratada, que, após o recebimento, deverá efetuar o envio do objeto em até 15 (quinze) dias.

5.2. Local de entrega

O endereço de entrega do objeto fica junto ao CRAS Santa Luzia, na Rua General Osório nº835, bairro Santa Luzia, no município de Capão da Canoa, com horário de funcionamento das 8h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira.

5.3. Especificação da garantia

O prazo mínimo de garantia contratual do objeto segue o disposto no art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21).

6.1. Rotinas de fiscalização contratual

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

I. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

II. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*);

III. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

IV. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

V. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

VI. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

VII. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*);

VIII. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

IX. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

X. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º);

XI. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais, Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

6.2. Rotinas de fiscalização adicionais

Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

I. No momento da entrega, o fiscal do contrato (ou servidor devidamente designado para tal pela Secretaria) deverá realizar, na presença do responsável pelo transporte, a conferência do objeto, verificando se os itens estão em conformidade com as especificações contidas no edital e no contrato.

7. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO

7.1. Uma vez que se trata de fornecimento de bens, não se aplica a aferição de resultados através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.2. A avaliação da execução do objeto se inicia durante a entrega dos produtos, quando deve haver a confirmação dos prazos acordados e dos quantitativos entregues, para posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações previstas na proposta contratada.

7.3. Os objetos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no momento da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser ajustados/refeitos prontamente ou, em caso de impossibilidade, deverá ser emitida notificação à contratada, com prazo de 10 (dez) dias para resolução, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação de quantidade e qualidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, prazo de validade, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para correção ou substituição de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e

f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa exclusiva da CONTRATANTE, o pagamento será efetuado com atualização financeira, calculada de acordo com a taxa SELIC, após 60 (sessenta) dias do vencimento do documento fiscal.

7.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.18. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021).

O objeto detalhado no presente Termo de Referência é descrito como comum.

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação na modalidade pregão, sob a sua forma eletrônica, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com a Lei 14.133/2021, artigos 28, 29 e 82.

8.1.2. Não se faz necessário o envio de amostra e/ou catálogo.

8.1.3. O fornecimento do objeto será por demanda, conforme solicitação prévia do contratante junto à contratada.

8.1.4. O critério de julgamento será o de menor preço por item, conforme o inciso V, § 2º, art. 2º do Decreto Municipal 792/2023.

8.2. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1. Habilitação jurídica

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

- I. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- II. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio Portal do Empreendedor (<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>);
- III. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- IV. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizará filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- V. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- VI. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- VII. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil

das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

8.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- II. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional;
- III. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- IV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- V. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- VI. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- VII. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

- I. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

- II. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.2.4. Qualificação Técnica

- I. Certidão negativa correcional da empresa e dos sócios (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) , mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);
- II. Certidão emitida pelo Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA INÍCIO DO SERVIÇO

Não se aplica para o caso em análise.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

2.653 - MANUTENÇÃO - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

1148 - 3.3.90.30.07.00.00.00 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO - 1.660.0000.2179 - 12.002

10.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Capão da Canoa, 24 de março de 2026.

Tamara Guincheski Germano Roth

Secretária de Assistência e Inclusão Social - interina

Joel Cardoso Alves

Coordenação Administrativa



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B4FA-1BBF-39E5-3D07

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ JOEL CARDOSO ALVES (CPF 953.XXX.XXX-72) em 24/03/2026 14:34:38 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ TAMARA GUINCHESKI GERMANO (CPF 028.XXX.XXX-80) em 25/03/2026 13:22:33 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://capaodacanoa.1doc.com.br/verificacao/B4FA-1BBF-39E5-3D07>